



ANTONIO CARLOS no plenário do Senado: possibilidade de segunda renúncia em menos de dois anos

Denúncia estava na Justiça Federal

Caso do painel foi para o STF porque ACM e Arruda voltaram ao Congresso

• BRASÍLIA. A denúncia do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, contra o senador Antonio Carlos Magalhães e o deputado José Roberto Arruda está sendo apresentada pelo Ministério Público Federal pela segunda vez. O primeiro pedido, feito pelos procuradores Celso Antônio Três e Marcelo Serra Azul, fora feito à Justiça Federal em Brasília porque os dois já haviam renunciado aos seus mandatos e, com isso, haviam perdido o direito ao foro privilegiado. Como se elegeram de novo, recuperaram o benefício de serem julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O juiz federal Cloves Barbosa de Siqueira, a quem caberia a decisão sobre a abertura de processo contra Antonio Carlos e Arruda, solicitou então a transferência da investigação para o STF. A ministra Ellen Gracie Northfleet, sorteada para relatar o caso, pediu um parecer a Brindeiro.

Os parlamentares são acusados de dois crimes: supressão de documento e violação do sigilo funcional. O primeiro consiste em ocultar, em benefício próprio ou de outros, ou em prejuízo alheio, documento público de que não po-

deria dispor. A pena é de dois a seis anos de reclusão e multa. O segundo significa revelar um fato secreto de que se tomou conhecimento em razão do cargo que se ocupa. A pena é de seis meses a dois anos de detenção ou multa.

De acordo com os procuradores, Antonio Carlos, Arruda e Regina Célia Borges (que era diretora do Departamento de Processamento de Dados do Senado, o Prodasen, na época da fraude) "destruíram a lacração do sigilo, garantia de segredo, documentação em meio magnético, informatizado, clandestinamente obtendo extrato da votação secreta, documento público do qual não poderiam dispor, e revelaram os votos dos senadores".

Ao enviarem o pedido de denúncia, os procuradores também recomendaram que fossem ouvidas seis testemunhas: Luiz Francisco Souza e Guilherme Schelb, procuradores da República que ouviram inconfidências de Antonio Carlos; o jornalista Mino Pedrosa, da revista "IstoÉ", que revelou o caso na imprensa; e os funcionários do Senado Ivar Ferreira, Heitor Ledur e Sebastião Gazolla, também envolvidos na violação. ■